



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DOS
ANJOS**

TOSHANSKA VIANA SEMENSATO

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DOS
ANJOS**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da Professora Fernanda Carla de Castro, do Curso de Especialização em Gestão Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Toshanska Viana Semensato

AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DOS ANJOS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em vinte e um de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Professora Fernanda Carla de Castro – Orientadora

Toshanska Viana Semensato – Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, fonte de inspiração para meu crescimento profissional.

A Deus, luz que guia o meu caminhar.

EPÍGRAFE

“...do mesmo modo que a escola sofre mudanças ao longo da história, o trabalho docente é transformado, redefinindo seus papéis e suas funções.”

Mércia de Figueiredo Noronha Pinto

RESUMO

O presente trabalho, As Relações de Trabalho e a Organização dos Profissionais no Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, busca investigar aspectos que contribuem ou desfavorecem as condições de trabalho na escola. O estudo reflete a formação dos profissionais envolvidos na instituição e as condições dadas ao seu aprimoramento, considerando que a escola trabalha sob o prisma de uma gestão democrática e participativa.

Para abordar o tema, surgido a partir de uma análise do Projeto Político Pedagógico da escola, este TCC usará como referenciais teóricos os autores, Isabel de Oliveira Silva (2004), Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino (s/d), Márcia Nobre de Almeida (s/d), Mércia de Figueiredo Noronha Pinto (2009), dentre outros. Ao final, pretende-se levantar os erros e apontar possíveis soluções para a melhoria das condições de trabalho na instituição.

Palavras-chave: Trabalho, Organização profissional, Educação, Gestão Democrática.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Figura 1 - Percentual da População de 0 a 5 anos que frequenta a escola 14

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Disciplinas Específicas da ênfase em Educação Infantil - Currículo do Curso de Pedagogia FAE/UFMG 2003	14
TABELA 2	População de 0 a 6 anos – Frequência a Creche e Pré-Escola	15
TABELA 3	Número de funções docentes em Creche e Pré-Escola por grau de formação	15
TABELA 4	Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino – rede Municipal em Lagoa Santa	16
TABELA 5	Família Ocupacional – Grupo, Cargo, Carga Horária, Salário de Entrada	19

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NO CENTRO ED. INFANTIL MARIA DOS ANJOS.....	11
1.1 Caracterização do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos	11
1.2 Novo olhar dado ao profissional da Educação Infantil	11
1.3 Metas do PNE para a Educação Infantil	13
1.4 Relações de trabalho: desvendando as causas	16
1.4.1 Carreira	18
1.4.2 As relações interpessoais no trabalho: um processo democrático	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS	23
ANEXO Projeto político Pedagógico	26

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9394/96, insere-se como educação básica, deixando a visão assistencialista onde se privilegiava apenas o cuidar.

Com toda esta trajetória de mudanças, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13005 de 2014, vem afirmar o compromisso de atendimento a esta faixa etária da população, crianças de 0 a 5 anos de idade.

Os profissionais do município, atendendo à lei, são inseridos no processo educacional a partir de concurso público de forma ampla a atenderem educação infantil e séries iniciais. No entanto, ao ingressarem no Centro de Educação Infantil, muitos profissionais sentem-se despreparados para tal atuação.

Percebe-se que os cursos de formação de professores, especialmente os de Pedagogia, estão reformulando o currículo de modo a atender a formação dos professores de educação infantil. Mas existem ainda, muitos professores leigos, sem formação específica para este tipo de atendimento.

O relacionamento no trabalho em todas as instituições é uma questão a ser observada para que exista um bom clima de trabalho, gerando satisfação no desenvolvimento das atividades e assim, aumento na qualidade do ensino. Para tanto, também devem ser observadas a organização e as condições de trabalho dos profissionais da educação no espaço escolar. É preciso investigar primeiramente a formação dos profissionais envolvidos na instituição e as condições dadas ao seu aprimoramento seja pela instituição ou pela própria Prefeitura. Muitos profissionais não possuem um preparo para o atendimento às crianças das instituições de educação infantil. Isso gera insegurança nos profissionais acarretando assim, problemas nas relações de trabalho.

Estudar essa importância nas relações de trabalho e principalmente a organização dos profissionais e suas condições de desenvolvê-lo favorecerá o aluno, que terá qualidade no processo de educação infantil.

Assim, o objetivo geral desta proposta é estudar os problemas envolvendo as relações de trabalho e a organização dos profissionais no Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, escola na qual atuo como coordenadora pedagógica do município de Lagoa

Santa. A atenção a esse aspecto surgiu a partir da elaboração do Projeto político Pedagógico da escola. Na realização do PPP, observou-se que havia erros e acertos nas relações de trabalho dessa instituição. Como objetivos específicos, espera-se, com esse trabalho:

- Contribuir para o desenvolvimento profissional para atendimento à educação infantil;
- Levantar possíveis saídas para melhorar o clima de trabalho na instituição.

1 – AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DOS ANJOS

Como já foi dito, o presente estudo pretende abordar os problemas relacionados às condições no trabalho no Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos. Para isso, iniciaremos caracterizando a escola, mostrando o novo olhar dado a educação infantil e como a formação, plano de carreiras e o estabelecimento das relações interpessoais colaboram para a melhoria do ambiente de trabalho em uma instituição que se propõe a ter uma gestão democrática e participativa.

1.1 Caracterização do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos é uma instituição na modalidade Creche, construída através do Programa Pró-Infância do Governo Federal, numa região populosa tendo muitas pessoas que vivem em vulnerabilidade social.

A instituição iniciou suas atividades em fevereiro de 2013, sendo a primeira creche no município a atender crianças a partir de 04 (quatro) meses. Através de seu trabalho compartilhado, tornou-se referência para o município, onde a procura tem sido grande.

Os alunos que estudam no Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, são crianças da região, muitas carentes, que tem o espaço para o cuidar e educar em tempo integral.

As famílias participam ativamente da vida dos filhos e a relação família/escola se dá através da interação de todos no processo educacional

1.2 Novo olhar dado ao profissional da Educação Infantil

A educação infantil não mais está direcionada ao cuidar da família, ela torna-se direito regulamentado, onde o poder público tem a obrigatoriedade de fornecê-lo a todos os cidadãos. Isso gerou uma pressão para a ampliação de vagas nas escolas, tornando-se

a partir de então necessário um profissional apto a lidar com esta etapa da vida da criança.

O panorama da educação infantil tanto na América Latina, quanto em outros países segundo Pinto (2009, p.35) “mostra que a conformação do direito à educação infantil faz parte de uma construção histórica, incluindo, entre outros aspectos, a valorização profissional e a importância da criança na sociedade.”

Há uma mudança de visão sobre a criança que passa a ser considerada como sujeito e interlocutora de suas vivências e o professor, que deve articular essas novas perspectivas, realizando seu papel de cuidar e educar esse sujeito, como afirma Silva (2004, p. 124 *apud* CAMPOS, 1999; ROSEMBERG; CAMPOS, 1998; BRASIL, 1994),

o duplo aspecto de educar e cuidar tem sido adotado como pressuposto para a formulação de propostas de Educação Infantil e para a organização dos projetos de formação inicial em serviço na maioria dos países que a Educação Infantil encontra-se mais estruturada.

Com todas as mudanças ocorridas desde a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ministério da Educação (MEC) apresentou documentos que chamam a atenção para a necessidade de formação dos profissionais da Educação Infantil, garantindo condições ideais de trabalho e formação condizente para atuação.

Em palestra proferida no Curso de atualização em Educação Infantil: currículo, planejamento e organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil em maio de 2014, ¹a professora Mônica Baptista, do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre infância e Educação Infantil, ressaltou que hoje as Universidades estão preocupadas com a formação destes profissionais que atuarão nesta modalidade, pois segundo dados estatísticos o currículo determinava uma pequena carga horária para a disciplina de educação infantil. (BAPTISTA, 2014).

Pensando nesta pequena carga horária destinada a Educação Infantil e levando em consideração que para essa modalidade os profissionais podem atuar com o Magistério

¹ Palestra realizada em maio de 2014, na Universidade Federal de Minas Gerais para a abertura do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Infantil – CAEI.

em nível de ensino médio, percebe-se a necessidade de uma formação para o desenvolvimento profissional dos professores em nível de rede, onde todos os profissionais que atendem a modalidade, possam se aperfeiçoar às novas necessidades destinadas ao educar e cuidar na Educação Infantil.

No Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, em Lagoa Santa, os profissionais vêm tendo uma formação integral, através da Secretaria Municipal de Educação, garantindo o direito à educação de qualidade aos alunos e que o profissional se sinta seguro para realizar um trabalho educacional adequado. Esta formação acontece através de encontros mensais com todos os profissionais da rede municipal de educação que atuam nas escolas de educação infantil e na instituição escolar, através de reuniões pedagógicas e individuais.

Estudiosas sobre o assunto como Silva (2004), e Pinto (2009), relacionam a importância da formação dos profissionais da educação infantil, não só para a garantia do direito a esse atendimento de qualidade, como melhoria nas condições de trabalho e carreira destes profissionais. Pinto (2009, p.78, *apud* FIGUEIREDO *et al*, 2005) conclui que: “Formar a profissional é atribuir-lhe autonomia, o que requer o reconhecimento dos saberes construídos pelas professoras da educação infantil a partir das dimensões da profissionalidade das mesmas.”

1.3 Metas do PNE para a Educação Infantil

A partir da LDBEN 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a obrigatoriedade e dever do Estado de ofertar a educação infantil torna-se necessária a preparação dos profissionais para esse tipo de atendimento. A Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13005/2014, trata disso quando afirma a necessidade de:

Universalizar, até 2016 a educação infantil na pré-escola para crianças de até 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (PNE, 2014, s/p).

A ilustração abaixo detalha a Meta 1 do PNE (figura 1):

Meta 1 – Educação Infantil

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

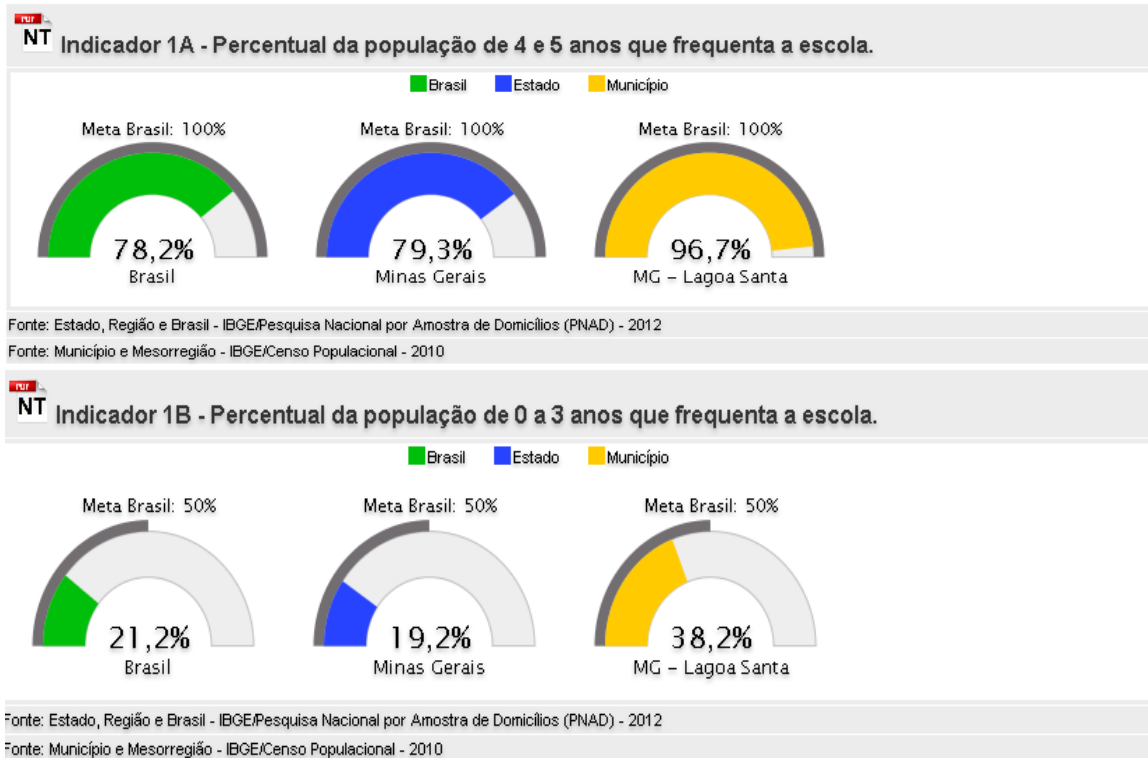


Figura 1: Percentual da População de 0 a 5 anos que frequenta a escola, 2014.
Fonte: SIMEC, 2014.

Os profissionais que hoje atendem a educação no município de Lagoa Santa obedecendo a determinação do art. 67 da LDBEN (Lei 9394/96) são oriundos de concurso público de provas, onde a formação mínima exigida é a de nível médio, para o cargo de professor da educação infantil e séries iniciais.

Infelizmente, observa-se que os profissionais de nível superior tem disciplinas voltadas para a educação infantil com pouca carga horária, conforme tabela apresentada abaixo:

Tabela 1- Disciplinas Específicas da ênfase em Educação Infantil – Currículo do Curso de Pedagogia FaE/UFMG 2003.

DISCIPLINAS	PERÍODO	CH
Fundamentos psicológicos da Educação Infantil	7º	60
Didática: alternativas da Educação Infantil	7º	60
Arte e movimento na Educação Infantil	7º	60
Organização da Educação Infantil	7º	60
Estágio Supervisionado na Educação Infantil	8º	120
Total		360

Fonte: Baptista, 2014.

Sendo assim, torna-se necessário repensar as condições de trabalho e a formação continuada dos profissionais que atuam na educação infantil para que o atendimento integral da criança como sujeito histórico possa ocorrer de forma a atender as metas previstas no PNE (Plano Nacional de Educação Lei nº 13005/2014).

Tabela 2 – População de 0 a 6 anos – Frequência à Creche e à Pré-Escola.

Faixa etária	População total	Frequência à creche ou à pré-escola	%
0 a 3 anos	10.925.892	2.575.954	23,6
4 anos	2.5870.266	2.085.264	72,7
5 anos	2.931.988	2.561.747	87,4
6 anos	2.894.419	2.746.435	94,9
5 e 6 anos	5.826.407	5.308.182	91,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Tabela 3 – Número de Funções docentes em creche e pré-escola por grau de formação, em 2010.

Subetapa/Grau de formação	Fundamental	%	Médio Total	%	Superior Completo	%
Creche	2.674	1,76	70.248	46,35	68.624	45,28
Pré-escola	2.547	0,99	121.678	47,2	133.565	51,81

Fonte: INEP, Sinopse Estatística, 2010.

Tabela 4 – Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino – rede Municipal em Lagoa Santa.

Modalidade/Etapa	Ano	C/Lic	C/Gr	c/EM	C/NM	S/EM	Total
Creche	2011	23	23	22	14	2	61
	2012	28	28	25	18	2	72
	2013	39	3	42	7	16	-
Pré- Escola	2011	44	44	28	22	-	94
	2012	43	43	26	19	-	88
	2013	46	4	50	5	22	-

Fonte: IDE, 2014.

Os gráficos mostram que, no município de Lagoa Santa, na rede municipal na modalidade Creche, 46,35% dos profissionais possuem apenas o Ensino Médio. O número de crianças atendidas na faixa etária de 0 a 5 anos tem crescido e baseado na formação superior 45% dos profissionais a possuem, mas com pouca ênfase dada ao Currículo na área da Educação Infantil, tornando-se importante a partir de estudos realizados, proporcionar o aprimoramento profissional para garantir condições adequadas e experiências de qualidade aos alunos, favorecendo melhores relações no trabalho realizado na instituição. Isso mostra a necessidade de um aprimoramento dos profissionais da Educação Infantil, a fim de garantir condições de trabalho de qualidade, tanto para o aluno quanto para o professor.

Este desenvolvimento profissional torna-se necessário no Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, onde 50% dos profissionais possuem nível superior, com pouca ênfase dada às práticas de Educação Infantil.

1.4 Relações de trabalho: desvendando as causas

Conforme destaca Almeida, *et al* (2010, p.36) o perfil geral da educação brasileira revela que a maioria dos profissionais possuem formação baixa, salários precários e baixas condições de atuarem em seus trabalhos. Isso agregado aos dados estatísticos mostram a falta de formação ou preparação do profissional, principalmente para o

atendimento à Educação Infantil, acarretando também dificuldades nas relações de trabalho.

É fator determinante para se analisar o clima de trabalho nas instituições de Educação Infantil as relações que perpassam por todos os envolvidos no processo educativo, entre eles os professores, funcionários e os educandos, além claro, as famílias dos envolvidos no processo educativo.

O trabalho de um professor da Educação Infantil deve ser organizado de maneira a proporcionar aos alunos atividades que:

privilegiem o brincar como forma de expressão, pensamento e interação; assegurar momentos de higiene, alimentação e repouso, objetivando o cuidar e o educar das crianças. As atividades realizadas pelas docentes compreendem, além do cuidado e da educação das crianças, os horários de estudo que acontecem individualmente, com os pares ou com a coordenação pedagógica (PINTO, 2012, p.615)

Todas as atribuições relacionadas ao cargo, além de outras tarefas realizadas pelas professoras da Educação Infantil, acarretam uma sobrecarga nas atividades desenvolvidas, comprometendo a qualidade do trabalho desenvolvido, além de promover dificuldades nas relações de trabalho. Além desta situação, muitos profissionais pelo baixo salário ofertado, necessitam realizar jornadas duplas ou triplas de trabalho, colaborando para esta dificuldade nas relações.

Parafraseando Almeida; Sousa (s/d, p.2) o ser humano é essencialmente social, necessitando de conviver em grupos estabelecendo relações e lidando com costumes e modos de vivência de outros indivíduos. Na escola, principalmente na Educação Infantil, as relações interpessoais devem favorecer o desenvolvimento pessoal para que a finalidade que é o desenvolvimento da qualidade da educação aconteça com cada aluno.

O gestor escolar deve proporcionar, no ambiente de trabalho, situações onde as relações praticadas possam basear-se em atitudes que colaboram para o bom desenvolvimento, com ética, respeito, empatia e uma organização e divisão do trabalho. A gestão democrática e participativa, ao ser praticada no espaço educacional, colabora

para que estas relações aconteçam tranquilamente. Conforme afirma Dourado (s/d, p.4):

A gestão democrática é entendida como a participação dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

Desta forma a comunicação é peça fundamental para que ocorra sucesso no ambiente de trabalho. Conforme Almeida; Sousa (s/d, p.6) destacam:

O relacionamento interpessoal na área escolar exige entre outras coisas, habilidades de trabalhar em equipe, pois todos os membros de um grupo são coletivamente responsáveis por seu funcionamento; saber que neste contexto irão sempre surgir momentos de tensão, conflitos, etc. é preciso considerar que esses fatores podem facilitar ou bloquear relacionamentos primordiais, criar um clima de respeito, confiança e buscar estar sempre atento e possibilitar uma boa qualidade nos processos de fundamento e relacionamento na instituição.

As relações bem trabalhadas dentro do espaço escolar garantirão que o trabalho seja realizado com qualidade e que os profissionais estejam satisfeitos no ambiente. A gestão do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos busca esta interação entre o fazer pedagógico e a solução de problemas garantindo assim um equilíbrio no clima organizacional.

1.4.1 – Carreira

A profissão do Magistério é historicamente desvalorizada. A maioria dos profissionais que atuam na área são mulheres e o papel era visto como o destinado ao cuidar dos afazeres domésticos. Quando conseguiam se inserir no mercado, os profissionais do Magistério eram e ainda são mal remunerados.

Diferentemente de vários municípios brasileiros, Lagoa Santa, especificamente os profissionais que trabalham no Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, possuem

como forma de ingresso o concurso público, planos de carreira e boa condição de trabalho, ou seja, um local adequado para a realização das práticas docentes.

Em Lagoa Santa, o ingresso na carreira pública acontece via concurso e a exigência para o cargo é o Magistério a nível médio, tanto para os professores que atendem a Educação Infantil quanto para os do Ensino Fundamental (séries iniciais).

Diferente de muitos municípios, a existência de um Plano de Cargos, Salários e Vencimentos, na Lei 3241/ 2012, faz com que o professor conte com uma progressão em sua carreira de magistério.

Tabela 5 - Família Ocupacional – Grupo, Cargo, Carga Horária, Salário de Entrada

Família Ocupacional	Grupo	Cargo	Carga horária semanal	Carga horária mensal	Salário Base de entrada
Educação	Professor A	Séries Iniciais do Ensino Fundamental	24	120	R\$ 1.200,00

Plano de Cargos e Vencimentos Lei 3241/2012 - Anexos

Os valores relativos a entrada para o início de carreira foram alterados e o município cumpre a Lei do Piso Salarial 11738, de 16 de julho de 2008, sendo o professor remunerado para uma carga horária de 24 horas semanais, sendo 20 horas de regência e 4 horas de extra classe.

Dentro do atual Plano de cargos vigente, não se contempla as oito horas destinadas ao estudo e planejamento fora de classe escolar, como prega a Lei Estadual de Nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012, em seu art. 33:

- § 1º- A carga horária semanal de trabalho do Professor de Educação Básica compreenderá:
- I – dezesseis horas destinadas à docência;
 - II – oito horas destinadas a atividades extraclasse, observada a seguinte distribuição:
 - a) quatro horas semanais em local de livre escolha do professor;

b) quatro horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção da escola, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões. (LEI 20592 de 28 de dezembro de 2012).

O município segue as leis que regem o estado de Minas Gerais, pois o mesmo não possui um sistema próprio de ensino. Esta adequação a Lei faz-se necessária para que os professores possuam horário destinado ao aprimoramento profissional, tempo esse dedicado aos estudos das práticas pedagógicas. Se cumprisse a lei, a instituição ganharia na melhoria da qualidade de ensino.

1.4.2 As relações interpessoais no trabalho: um processo democrático

Por ser essencialmente social, as relações necessitam de construções de vínculos. O espaço escolar é um local privilegiado para a troca destas relações que acontecem entre professor/aluno, professor/professor, professor/família e professor/funcionários da instituição escolar.

Os gestores educacionais devem proporcionar espaços para um diálogo, onde a empatia seja praticada entre os profissionais auxiliando a amenização do estresse que às vezes pode ser causado pelo trabalho excessivo, pressões para conquistar resultados e problemas relacionados as práticas cotidianas, não aprendidos nos cursos de formação de professores.

Paschoalino (s/d, p.5) relata também em seus registros que:

Assim, durante a formação do docente, na maioria das vezes ele não toma contato com o contexto real das escolas, apenas com imagens que não se coadunam com a situação do cotidiano. Os professores formados nesta perspectiva, ao ingressarem nas escolas, sentem-se perdidos pois as imagens que tinha sobre a educação e sobre os alunos, esfumam-se no decorrer do seu trabalho. Se os professores acumularam várias tensões e conflitos em sua formação teórica agora sentem-se desorientados em seu fazer prático.

A gestão escolar democrática possibilita que estes conflitos sejam sanados possibilitando uma construção de identidade coletiva. A partir do envolvimento de todos, o gestor escolar pode possibilitar trocas de experiências, resolução de conflitos e espaço para estudos no ambiente de trabalho. Conseqüentemente o trabalho ficará mais leve e todos serão beneficiados com resultados favoráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo das relações de trabalho e a organização dos profissionais nas instituições de Educação Infantil ainda esbarra em problemas como a desvalorização profissional, devido ao papel que a mulher assumia na sociedade.

Os estudiosos levantam algumas causas que desvalorizam o profissional do magistério, tais como: falta de condições de trabalho, falta de plano de carreira, condições de acesso e permanência através de concursos públicos, falta de materialidade e etc.

Especificamente na Instituição, o que necessita ser aprimorado é a adequação a Lei Estadual de Nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012, que garante o tempo necessário para o desenvolvimento profissional e estudos – esta adequação deve ser fruto de uma reestruturação ao Plano de Carreira dos Servidores.

Além da adequação na Lei, há a necessidade constante de formação para o desenvolvimento profissional, a Secretaria Municipal de Educação vem proporcionando cursos de Aperfeiçoamento através de parcerias com o NEPEI (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil – UFMG), mas a disponibilidade de vagas não atende ao grande público.

Enfim, torna-se de suma importância o desenvolvimento profissional dos professores, onde a adequação da Lei, para a aquisição de uma formação em serviço, colaborará para uma melhoria das práticas profissionais e conseqüentemente garantirá melhores condições de trabalho aos professores e beneficiarão aos alunos no atendimento da qualidade na educação, tão necessários a esta faixa etária que é atendida na instituição escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Márcia Nobres de.; SOUZA, Cósmea Alves da Silva. **Relações Interpessoais no ambiente escolar.** s/data. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/uft/file.php/1/moddata/data/850/1115/2143/RELACOES_INT_ERPESSOAIS_NO_AMBIENTE_ESCOLAR.docx>. Acesso em: 28 jan. 2015.

ALVES, Mônica Rafaela de, et al. **As condições e a organização do trabalho de professoras de escolas públicas.** Psicologia: Teoria e Prática, 2010. Disponível em: <editorarevistas.machensie.br/index.php/ptp/article/view/2896>. Acesso em: 19 dez.2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº. 9.394, de 20 dez. 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial**, Brasília, 1996.

_____. Lei nº 13005, de 25 jun. 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2014.

_____. **Política Nacional de Educação Infantil:** pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília: MEC/SEB, 2006. 32p.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. Lei 11.738, de 16 jul. 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, MEC, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; MORAES, Karine Nunes. **Gestão Escolar Democrática: Definições, Princípios, Mecanismos de sua implementação.** Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=15113>> Acesso em: 10 fev. 2015.

FARIAS, Cristina Helena Bento. **As relações interpessoais:** um estudo sobre os conflitos e suas implicações nas práticas escolares dos professores dos anos iniciais. IX

Congresso de Nacional de Educação- Educare. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Paraná, out, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **Censo demográfico 2010**. Resultados Gerais da Amostra- Rio de Janeiro, 27 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

INDICADORES DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS. **Funções Docentes por modalidade de ensino**. 2014: Disponível em: <<http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/3137601>>. Acesso em: 21 dez.2014.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação básica: 2012** – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>. Acesso em: 19 dezt. 2014.

LAGOA SANTA. **Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Infantil Maria dos Anjos**. Lagoa Santa – MG – 2014

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **A complexidade do trabalho docente na atualidade**. Disponível em: <http://www.senepi.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senepi/anais/quarta_tema6/QuartaTema6Artigo2.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

PALESTRA PROFERIDA NA ABERTURA DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM EDUCAÇÃO INFANTIL: Currículo, Planejamento e Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil. Mônica Correia Baptista, 2014, Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2014.

PINTO, Mércia de Figueiredo Noronha. **O trabalho docente na Educação Infantil Pública de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-84JNBT/disserta__o_m_rcia.pdf;jsessionid=6D18FC9D431B6EA7647E325204B9FE7D?sequence=1>. Acesso em: 05 dez.2014.

PINTO, Mércia de Figueiredo Noronha; DUARTE, Adriana Maria Cancellia; VIEIRA, Lívia Maria Fraga. **O trabalho docente na educação infantil pública em Belo Horizonte.** Revista Brasileira de Educação. Revista Brasileira de Educação. v. 17, n.51. p.611 – 645, 2012. Disponível em: <http://www.gestrado.org/images/publicacoes/68/MerciaAdrianaLivia_TrabalhoDocenteEducacaoInfantilPublicaBH.pdf >. Acesso em: 18 jan.2015.

SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Lei nº 20.592, de 28 dez., 2012.** Altera as Leis nºs 15.293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos Profissionais da Educação Básica do Estado, e 15.301 de 10 de agosto de 2004, que institui as carreiras do grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo, e dá outras providências. Minas Gerais, 2012.

SILVA, Isabel de Oliveira. **Profissionais de creche no coração da cidade: a luta pelo reconhecimento profissional em Belo Horizonte.** Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-857QRW/tese_isabel_pdf.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 dez. 2014.

SISITEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO E CONTROLE. **Situação de estados e municípios em relação a meta nacional.** Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php> >. Acesso em: 20 dez. 2014.

VIEIRA, Lívia Fraga. **As condições do trabalho docente na educação infantil.** Revista Pátio – Educação Infantil, ano XII, nº 41, p.32-35, out/dez 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva.** Texto extraído sob licença da autora e editora do livro: “Veiga, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto pedagógico da escola: uma construção possível. 14ª edição. Papirus, 2002. Disponível em: <http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo_7_bloco_4/TEXT0.3-VEIGA-ILMAPASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf>. Acesso em: 05 de dez. 2014.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DOS ANJOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

LUCINÉIA APARECIDA MEDEIROS DOS SANTOS

TATIANA FRAZÃO SILVA

TOSHANSKA VIANA SEMENSATO

VILMA BARBOSA DE OLIVEIRA GUIMARÃES

LAGOA SANTA, 2014



CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DOS ANJOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

LAGOA SANTA, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	06
1.1. Objetivos da Escola	07
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	09
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	09
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica	11
2.3. Planejamento Pedagógico	14
3. CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	16
3.1. Projetos Desenvolvidos pela Escola	19
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	20
4.1. Planejamento Coletivo	22
5. PROCESSOS DE DECISÃO	23
5.1. Autonomia Financeira	25
5.2. Decisões de ordem pedagógica	26
5.3. Participação da Comunidade Escolar	27
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	29
6.1. Organização dos profissionais e de suas condições de trabalho	30
6.2. Relações entre comunidade e escola	30
7. AVALIAÇÃO	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos foi criado pela Lei Municipal nº 3.321, de 19 de setembro de 2012 tendo o início de suas atividades em fevereiro de 2013.

Tem sua sede própria situada à Avenida Dr. Olegário Maciel, nº 800, Bairro Bela Vista, Lagoa Santa – MG, cuja obra foi adquirida com recursos do Governo Federal, firmado através do convênio – PROINFÂNCIA/FNDE – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil e recursos próprios do município, com o objetivo de absorver a demanda de Educação Infantil na região do Bairro Santos Dumont e adjacências.

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos efetua atendimento na modalidade de Educação Infantil (Creche I – crianças de 4 meses a 11 meses; Creche II – crianças de 1 a 2 anos; Creche III – crianças de 3 a 4 anos; Pré-Escola – crianças de 4 a 5 anos).

O nome da escola é uma homenagem à Dona Maria dos Anjos Dias de Avelar, conhecida por sua generosidade, coragem e amor ao próximo. Em sua paixão pela música, “Dona dos Anjos”, como era conhecida, tornou-se maestrina de canto coral na igreja, onde reunia crianças e, com elas, partia numa viagem de acordes e melodias.

A escola pertence ao Sistema Municipal de Educação, é mantida pela Prefeitura Municipal de Lagoa Santa e administrada pela Secretaria Municipal de Educação. Esta norteará todo o seu trabalho por este Projeto Político Pedagógico, nos termos da legislação em vigor. O espaço físico atende a demanda de 106 alunos, com grande área externa com parquinho e galinheiro.

O atendimento da parte pedagógica é desenvolvido por vinte e quatro professoras regentes, uma professora de biblioteca literária, uma professora de música, duas coordenadoras pedagógicas e oito agente de serviços escolares (auxiliares de turma).

A creche possui oito salas de aula, uma biblioteca literária, sala de professores, sala para direção, uma secretaria, dois banheiros femininos e dois banheiros masculinos, além dos banheiros existentes dentro das salas das Creches I e II, um

masculino e um feminino para funcionários. Possui ainda um pátio grande coberto com refeitório, cozinha, despensa, área interna com pias, bancadas e armários. Possui um espaço destinado ao lactário, lavanderia e almoxarifado.

O espaço é especialmente dedicado às crianças que ficam de segunda a sexta-feira, em horário integral de 7:00h às 17:00h. Neste período os funcionários dedicam todos os esforços para o desenvolvimento integral de cada uma das crianças atendida, com o intuito de fazerem deste lugar um espaço propício ao desenvolvimento das diversas linguagens.

A comunidade escolar é muito ativa e participativa e as famílias são sempre envolvidas em todos os processos das decisões da escola. A direção oportuniza que a própria comunidade escolar decida como e quando participar, garantindo assim, um melhor envolvimento nas ações da escola, obtendo êxito nos seus resultados, garantindo assim a qualidade.

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos é uma escola atenta às necessidades atuais da comunidade, buscando aprimorar o seu trabalho tendo em vista uma Gestão Democrática, avaliando permanentemente as ações pedagógicas, valorizando os profissionais, através de práticas e formação continuada com projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

A maioria dos alunos são oriundos do próprio bairro e adjacências (Joana D'Arc, Bela Vista, Ovídeo Guerra, Recanto do Poeta, Dr. Lund e Lundcélia), onde a instituição está localizada.

Todos os alunos são bem assistidos pelas famílias, recebendo apoio e assistência devidas à esta fase da Educação infantil, contribuindo para um bom desempenho dos discentes na instituição.

A missão da escola é ser reconhecida como centro de referência educacional infantil, inovando em suas propostas e práticas pedagógicas e na formação de cidadãos críticos, conscientes, num trabalho de qualidade, ética e comprometimento com o desenvolvimento humano.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos tem por finalidade, atender o disposto nas Constituições Federal e Estadual (1988), Lei , na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/1990), ministrando a Educação Infantil.

A escola objetiva sua ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso, da obrigatoriedade da Educação Básica e da gratuidade escolar.

Como a instituição tem pouco mais de um ano, já houve alguns resultados positivos como, por exemplo, o envolvimento da comunidade escolar nos projetos, a busca de desenvolvimento profissional em serviço não apenas para os docentes mas demais servidores da instituição, valorização dos profissionais através do Plano de Cargos e Vencimentos do Município e melhoria na qualidade da educação.

A escola utiliza hoje uma pedagogia enfatizando a concepção de criança, o desenvolvimento infantil e aprendizagem elencada nos seguintes teóricos:

- **Jean Piaget** em “A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação”, 1978: Baseou-se no empirismo e racionalismo sintetizando os dois no pensamento dialético. Opôs-se ao racionalismo por defenderem a origem da inteligência ser inata. Crê na construção do conhecimento pela interação indissociável da experiência sensorial e racional. O ser humano na visão de Piaget nasce com potencialidades que serão desenvolvidas através da interação. Chegando mais tarde a operatividade. (capacidade de estabelecer relações, reversibilidade), desenvolvendo a capacidade de aprendizagem. A inteligência é uma construção progressiva de relações, uma atividade organizadora.
- Emília Ferreiro E Ana Teberosky (1999,p.114) *em* Psicogenese da Língua Escrita,sendo Ferreiro seguidora das ideias de Piaget, colocam que a construção do conhecimento da leitura e da escrita tem uma lógica individual, na escola ou fora dela. No processo de aprendizagem a criança passa por etapas com avanços e recuos, até dominar o código linguístico. O tempo para o aluno transpor cada

uma das etapas é bem variado. Duas consequências importantes a ser respeitada em sala de aula é respeitar a evolução de cada criança e compreender que o desempenho mais vagaroso não significa que a mesma seja menos inteligente. A aprendizagem não é provocada pela escola, mas pela própria mente das crianças, elas chegam a seu primeiro dia de aula com conhecimento.

- **Henri Wallon** em *Psicologia e educação da criança* (1979): Utiliza-se do movimento corporal e de atividades lúdicas para estimular o desenvolvimento psicomotor, promover a integração dos aspectos motores, cognitivo e sócio afetivos, além de preparar as crianças para aprendizagens futuras, favorecendo consideravelmente a alfabetização e prevenindo distúrbios de aprendizagem. Enfatiza que atividades com músicas são fundamentais na aprendizagem e no desenvolvimento não só psicomotor, mas também no esquema corporal e mental.

1.1. **Objetivos da escola**

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos pretende formar alunos capazes de:

- Apresentar companheirismo e solidariedade nas relações entre as pessoas; bem como respeito às diferenças culturais, raciais e estilos pessoais;
- Demonstrar sensibilidade ecológica e respeito ao meio ambiente, pensando-o sustentavelmente;
- Praticar o exercício permanente da crítica e da autocrítica, bem como a criatividade e espírito de iniciativa frente à novos desafios;
- Demonstrar atitudes de autoconfiança;
- Demonstrar ações e reconhecimento de valores humanos como ética, respeito, empatia e solidariedade;
- Construir a democracia através da participação, socialização e expressão de opiniões;
- Demonstrar preparo para os desafios das novas tecnologias.

Nesse sentido, a missão do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos acredita na capacidade de cada cidadão compreender a sua realidade, atuando e tornando-a melhor para si e os demais cidadãos.

A Instituição, em parceria com a comunidade por meio de uma gestão democrática e participativa tem por missão, formar cidadãos críticos e participativos, transformadores de seu meio social, procurando aprimorar-se cada vez mais na qualidade de ensino, com o objetivo de ser uma escola de educação infantil de referência no Município de Lagoa Santa.

Embasada nessa premissa, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos pauta-se numa educação de valores, alicerçados em: Empatia, Amor, Respeito, Ética, Verdade, Felicidade, Responsabilidade, Justiça, Compromisso, Bondade, Igualdade, Honestidade, Cidadania, Criticidade, Solidariedade, Altruísmo e Perseverança.

A escola como meio de transformação social, deve proporcionar aos educandos, meios de superação de diferenças para que a formação do ser humano se dê de forma justa e completa, proporcionando melhorias para o mundo em que vivemos, orienta-se pelas posições: política onde a criança é vista como executante da cidadania, através do exercício da ordem e desenvolvimento da democracia; filosófica com o desenvolvimento do ser social, capaz de proporcionar um desenvolvimento pessoal e coletivo, modificando assim, a sua comunidade e social inserido numa sociedade capitalista, cada vez mais competitiva, fazendo necessária a construção de uma sociedade mais justa.

Para refletir sobre a função social da escola, é necessário repensar a organização político-pedagógica que permita:

- Trabalhar valores culturais, morais e físicos;
- Integrar elementos da vida social aos eixos trabalhados;
- Compreender este aluno como um cidadão que deve ser um agente transformador da sociedade, além de crítico, responsável e participante.

A construção Projeto Político-Pedagógico desenvolvido com a colaboração da comunidade proporciona experiências que favorecem a reflexão e a construção do ser social coletivo.

A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe.” (DUTRA; PIAGET, s/p, 2011)

Pensar sobre o papel da escola é refletir nas possibilidades de quebra de paradigmas, realizando a função também de auxiliar as crianças a enfrentarem o mundo em busca de melhores condições.

2 – Estrutura organizacional

O prédio da instituição foi construído no modelo de pró-infância B, do Governo Federal, sendo contemplado através do PAR (plano de Ações Articuladas). Tem uma estrutura moderna e ampla com área de 2.000m², para atendimento das crianças de 0 a 5 anos em condições de extrema qualidade e conforto para o desenvolvimento das práticas do educar e cuidar.

2.1 . Estrutura organizacional administrativa

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos está inserido no perímetro urbano de Lagoa Santa, localizada à aproximadamente 36km de Belo Horizonte. Seu prédio foi construído com recursos do Governo Federal, firmado através do convênio PROINFÂNCIA/FNDE – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil em 2012. Possui em seus recursos físicos: 08 salas de aula; 01 sala de professores; 01 biblioteca Literária; 01 secretaria; 01 recepção; 01 pátio coberto para recreação; 01 cozinha; 01 dispensa para alimentos; 01 lactário; banheiros para alunos, sendo um em cada sala das Creches I e II; 01 banheiro masculino para educadores; 01 banheiro feminino para educadores; 01 refeitório; 01 parquinho; 01 sala de diretoria; 01 sala de supervisão; 01 lavanderia e 01 dispensa de materiais para secretaria.

A área externa compreende um parquinho de brinquedos, com uma área gramada à frente, além de contar com um galinheiro. O espaço é adequado para a demanda da Instituição. Utiliza como recursos materiais: 01 aparelho telefônico sem fio; 01 mesa redonda para adultos; 01 mesa de reunião de oito lugares; 01 arquivo de aço – quatro gavetas para pastas suspensas; 10 cadeiras estofadas com braço; 120 cadeiras em ferro; 06 cadeiras para alimentação de bebês; 28 placas de tatame em E.V.A; 06 Colchonetes de 03 cm de espessura; 08 berços de madeira; 06 mesas retangular de MDF; 08 aparelhos de som; 01 DVD player; 06 quadros brancos; 08 quadros de mural em feltro; 06 cadeiras de refeição para adultos; 04 estação de trabalho em L; 04 roupeiros de aço – 04 corpos e 16 portas; 03 armários altos quatro prateleiras com pastas suspensas e chave; 04 cadeiras com braço, rodinha e altura regulável; 20 mesas coletivas exagonal – crianças de 4 e 5 anos; 04 banheiras para bebê de plástico PVC; 44 colchonetes 05mm de espessura; 08 colchões de berço; 12 bancos retangular em MDF; 04 roupeiros de aço – 03 corpos e 12 portas; 10 ventiladores; 01 TV de LCD de 32”; 02 quadros de aviso; 08 quadros de mural em feltro; 03 bebedouros elétricos individual; 02 bebedouros elétricos conjugados; 02 cilindros de gás P45 ou botijões P13; 01 ferro elétrico a seco; 01 máquina de lavar roupa – cap. 8kg; 03 purificadores de água refrigerado; 01 centrífuga de frutas 800w; 01 multiprocessador; 02 batedeiras; 02 exaustores Axial; 01 freezer 420L horizontal; 01 geladeira de uso doméstico frostfree 410L; 01 geladeira de uso doméstico frostfree 180L; 01 fogão industrial; 01 fogão de 04 bocas de uso doméstico; 01 microondas de 18L; 01 esterilizador para 08 mamadeiras para microondas; 01 liquidificador de uso doméstico; 01 espremedor de frutas semi industrial inox; 01 batedeira; 01 interfone; 01 caixa amplificadora; 01 armário de cozinha; 01 enceradeira; 01 forno elétrico de mesa; 01 fichário de mesa; 06 mesas para refeitório com bancos; 07 cadeiras giratórias; 10 relógios de parede; 01 câmera fotográfica digital; 01 carregador de pilhas; 01 forno industrial a gás; 02 mesas para computador; 10 mesas com cadeira para professor; 12 armários de aço; 06 estantes de aço com prateleira; 01 quadro de aviso com cortiça; 06 quadros de aviso com feltro/vidro/chave; 05 mesas com cadeiras para biblioteca com cadeiras; 12 estantes de aço com 04 prateleiras; 12 estantes de aço com 06 prateleiras; 01 escaninho; 01 escada; 01 cortador de legumes; 01 estufa de papel; 04 arquivos de aço com 04 gavetas; 02 mesas

para cadeirantes; 01 guilhotina; 12 ventiladores de parede; 01 impressora; 01 máquina de xérox e 50 cadeiras de plástico.

2.2 . Estrutura organizacional pedagógica

A organização escolar compreende todos os órgãos necessários ao funcionamento da Unidade Escolar, abrangerá os seguintes serviços: Direção, Vice-Direção, Colegiado, Corpo Docente, Corpo Discente, Assistente Técnico pedagógico, Assistente Técnico administrativo, Agente de Serviços Gerais – ASG, Agente de Serviços Escolares, Zelador e Vigia.

A Lei 3.241/12 dispõe sobre a estrutura de Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG, e no Capítulo II, art. 18 dispõem que “cada estabelecimento de ensino terá um Diretor Escolar que dirigirá e coordenará as suas atividades”.

A gestão escolar baseada nos princípios de autonomia, responsabilidade, participação compartilhada, está ancorada nos princípios de um novo padrão para os encaminhamentos das questões escolares. O diretor é a peça fundamental para que este processo de mudança ocorra, garantindo assim o sucesso com a qualidade escolar. É específico de sua função ser o articulador político e administrativo da escola.

A administração do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, será exercida pelo Diretor, legalmente eleito e habilitado, assessorado pelo Colegiado Escolar.

A Diretoria é constituída por uma Diretora e uma Vice-Diretora, de acordo com a Instrução Normativa – SEMED/2014 e orientações da PROINFÂNCIA/MEC.

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos é composto por: uma diretora e uma vice-diretora, duas pedagogas, vinte e quatro professoras, uma professora responsável pela biblioteca literária, uma professora de musicalização, um secretário escolar, um auxiliar administrativo, dezesseis agentes de serviços escolares, quatorze auxiliares de serviços gerais, um zelador e dois vigias.

A Direção e Supervisão possuem nível Superior com Pós-Graduação.

Dentre as 24 professoras, 22 são formadas em nível superior, duas com pós-graduação, as demais possuem formação em nível médio: Magistério.

As dezesseis profissionais de apoio (Agentes de Serviços Escolares) cursam Pedagogia, Normal Superior e Educação Física.

A Secretária possui curso Normal Superior e a Auxiliar Administrativo possui graduação em Letras.

As agentes de serviços escolares, possuem formação em nível médio e outras em nível de Ensino Fundamental (9º ano), graduação em Artes e Normal Superior.

Os recursos humanos são providos pela entidade mantenedora que é a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa. Todo o quadro de servidores da instituição são remunerados pela prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação, onde os mesmos recebem por meio de recursos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). Os profissionais são constituídos por: diretora, vice-diretora, coordenadora pedagógica, professores, auxiliares administrativos, secretário escolar, agente de serviços escolares, cozinheiras, lavadeiras/passadeiras, lactarista, auxiliares de serviços gerais, zelador e vigia. O quadro se constitui de servidores efetivos através de concurso público e de contratos de acordo com a necessidade, como substituição de licenças e etc.

Os demais profissionais técnicos pertencem ao quadro da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, integrando às Secretarias Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Saúde que disponibilizam: Nutricionista, Psicóloga, Psicopedagoga, Pedagoga, Pediatra, Enfermeira, Ortopedista e Assistente Social. Esses profissionais atendem a demanda do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, de acordo com as necessidades que se fazem presentes no cotidiano escolar, visando melhorias no atendimento ao educando.

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos possui como mantenedora a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, através da Secretaria Municipal de Educação.

Quanto aos recursos financeiros, neste ano a instituição espera receber a verba do PDE Interativo (Programa Dinheiro Direto na Escola), pois ano passado com o seu início a mesma foi cadastrada. Além desta verba, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, realiza Festa Junina e sorteio de prêmios com o apoio da Associação de Pais e Mestres para maiores demandas, sanando as necessidades imprevisíveis e

emergenciais que surgem no dia a dia e que demandam tempo ou burocracia quando direcionados à Prefeitura, como exemplo: torneira estragada, lâmpada queimada ou outras necessidades.

Como todas as escolas do Município, a primeira regra para critério de ingresso na escola está delimitada pelo zoneamento. Ele é definido pela Comissão de Cadastro e Matrícula do Município, onde a comissão é composta por: Inspetoras Escolares (Rede Estadual, Membros da Secretaria de Educação, Pais, Professores, Conselho Tutelar e Diretores das Escolas Estaduais e Municipais). Os bairros definidos para o atendimento do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos são: Santos Dumont, Ovídeo Guerra, Joana D'arc, Recanto do Poeta, Lundcécia, Bela Vista, Jardim Ipê e Dr. Lund. Na primeira quinzena de janeiro, os interessados fazem inscrição na instituição e na data agendada na segunda quinzena de janeiro acontecem os sorteios das vagas disponíveis. As vagas ofertadas não condizem com a demanda dos bairros, onde a população a ser atendida nesta faixa etária é muito grande.

As famílias se cadastram e posteriormente são sorteadas, tendo algumas vagas garantidas para crianças em vulnerabilidade social, encaminhadas pelo Ministério Público e Conselho Tutelar.

A composição das turmas é definida pela Secretaria Municipal de Educação e a enturmação em cada ano, será realizada de acordo com o corte etário de 31 de março. A composição das turmas acontecem da seguinte forma: Creche I (04 meses a 1 ano) em turno integral com 08 alunos; Creche II (1 ano à 2 anos) em turno integral com 12 alunos; Maternal II (2 anos à 3 anos) em tempo integral com 18 alunos; Maternal III (3 anos à 4 anos) em tempo integral com 18 alunos; Infantil I (4 anos à 5 anos) em tempo integral com 22 alunos e Infantil II (5 anos) em tempo integral com 22 alunos.

As reuniões entre a Coordenação pedagógica e professores acontece semanalmente, para análise dos planejamentos realizados e sugestões sobre a implementação do trabalho escolar.

Também semanalmente acontece um encontro entre Coordenação Pedagógica, Professores e a Professora responsável pelo Núcleo de Alfabetização e Letramento, para que as atividades relacionadas às linguagens sejam direcionadas de maneira

lúdica onde a criança possa se relacionar com os diferentes gêneros e portadores de textos, além de mostrar gosto pela leitura.

A cada trimestre, acontece como previsto em Calendário Escolar, as reuniões pedagógicas onde todos os professores e Direção/Coordenação se encontram com a finalidade de discutirem assuntos relacionados às práticas pedagógicas vivenciadas na instituição.

O Centro de Educação infantil Maria dos Anjos estabelece um diálogo aberto com a comunidade escolar e com as famílias, considerando-as como parceiras e interlocutores no processo educativo infantil e respeita os vários tipos de estrutura familiar.

A comunicação diária entre família e escola é valorizada e respeitada no Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos. No acolhimento diário, os pais ou responsáveis levam seus filhos até a professora na porta da sala, onde há uma troca de informações e a família ficará informada da rotina do dia. Ao buscar a criança, haverá novamente as mesmas trocas de informações a respeito de situações imprevistas a da rotina da criança naquele dia. Na agenda das crianças, diariamente também estarão às informações sobre como foi o dia de cada uma, sono, alimentação e etc.

Há reuniões periódicas com o grupo de pais como formas de discutir conjuntamente as dúvidas e preocupações, assim como de informar e oportunizar que se conheçam. Além de reuniões individuais agendadas pelas famílias e/ou direção, quando ambas das partes sentir necessário.

Nos projetos realizados no Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos é possível integrar o conhecimento das famílias nas atividades pedagógicas.

É importante que os pais sejam sempre bem acolhidos com suas dúvidas, angústias e ansiedades, oferecendo apoio e tranquilidade.

2.3 - Planejamento pedagógico

Para se planejar o professor deve estar atento à realidade vivenciada pelos alunos, realizando uma reflexão de pensar nas ações que deseja alcançar para promover o desenvolvimento do aluno. Além disto, é necessário estar atento aos eixos

que deverão ser trabalhados na educação infantil, garantindo através das interações e brincadeiras as experiências necessárias a faixa-etária.

Na educação infantil o planejamento deve propiciar momentos que possibilitem ao professor encontrar soluções para obter avanços no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Dentro desse contexto, o planejamento deve ser uma atividade contínua, que possibilite ao professor realizar acompanhamento, através do registro individual e não apenas conteúdos a serem desenvolvidos em sala de aula. Deve ser pautado numa metodologia que possibilite a diversas áreas do desenvolvimento e conhecimento se integrarem

O planejamento dos cuidados na instituição deve ser iniciado pelo conhecimento que se tem da criança, através de constante contato com a família. A família constitui o primeiro contexto de educação e cuidado do bebê. Nela ele recebe os cuidados materiais, afetivos e cognitivos necessários a seu bem-estar e constrói suas primeiras formas de significação do mundo.

A prática pedagógica se dá em três fases: Planejamento, atuação e revisão. No planejamento devem ser orientados os seguintes elementos:

- Hábitos de rotinas da vida cotidiana e cuidados com a criança.
- Unidades temáticas, centro de interesses, projetos, oficinas e outros.
- Atividades de recreação. Acolhida e reencontro com o grupo, privilegiando o brincar.
- Atividades específicas contemplando as áreas do conhecimento.

Silva (2003) considera que:

Faz-se necessário ao educador, na intenção de alcançar o desenvolvimento esperado dos seus alunos, buscar estratégias passíveis de acompanhar o desenvolvimento das crianças em suas singularidades, de formar e verificar qual o seu percurso na construção de seus conhecimentos visando uma mediação segura, eficaz e desafiadora às novas descobertas. (SILVA, 2003, p. 11).

Nessa consideração, o planejamento do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos considera os seguintes elementos norteadores:

- Diagnóstico trimestral para estabelecer o conhecimento prévio do aluno e desenvolver práticas de aprendizagem de acordo com as necessidades da criança.
- Hábitos e rotinas da vida cotidiana e cuidados da criança.
- Unidades temáticas, centro de interesses, projetos, oficinas e outros.
- Atividades de recreação, acolhida e reencontro do grupo, privilegiando o brincar.
- Atividade específica contemplando as áreas de conhecimento.
- Projetos envolvendo a família e comunidade.
- Planejamento por projetos e atividades de ensino.

Na prática pedagógica, é essencial que seja feito um planejamento prévio para sondar os conhecimentos e experiências que os alunos já possuem. O conteúdo em sala de aula será resultado da discussão e da necessidade manifestada a partir do conhecimento que se tem da própria criança.

3 – O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, sendo ofertada em creches e pré-escolas, tem como o seu maior desafio é integrar o cuidar e o educar nos aspectos psicológicos, físicos, intelectual e social junto à sua família e a comunidade, garantindo assim uma educação de qualidade que se inicia na primeira infância. Tal oferta de educação se constitui como direito da criança.

O currículo como um processo dinâmico, deve ser reflexo de um contexto histórico, construído sobre o pensamento pedagógico visando a construção do sujeito como ser histórico e social. Ele deve ser pensado de acordo com a vivência da realidade local para uma construção coletiva da realidade escolar e sua transformação.

A criança deve ser considerada como sujeito social, e histórico que se constitui na interação com os outros sujeitos da cultura. A esse respeito, as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), de acordo com a resolução nº 05/09 CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/ Câmara da Educação Básica), preceitua no art. 3º, que:

Currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.(BRASIL, CNE/CEB, 2010 p.1)

A definição de currículo defendida nas DCNEI salienta que a ação da instituição de Educação Infantil seja a de mediar e articular as experiências e saberes das crianças e dos conhecimentos que circulam na cultura mais ampla fazendo despertar na criança o interesse por uma busca de novas experiências.

O currículo, segundo Veiga (1995), deve ser entendido como:

(...) construção social do conhecimento, pressuposto a sistematização de meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar (...) refere-se à organização do conhecimento escolar. (VEIGA, 1995, p. 26-27).

A autora ainda coloca que a revisão do currículo exige a análise de alguns aspectos básicos, tais como: a ideologia que permeia o conhecimento escolar (dominante/popular); o contexto social, “uma vez que o currículo é historicamente situado e culturalmente determinado” tipo de organização curricular (hierárquica, fragmentada ou interdisciplinar); o controle social (normas, valores dominantes passados aos alunos no ambiente escolar por intermédio dos livros didáticos, as relações pedagógicas, a rotina escolar).

O currículo na Educação Infantil (0 a 5 anos), de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), baseia-se nos eixos norteadores das interações e a brincadeira, com a finalidade de garantir experiências que:

- I – Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio de ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
 - II – Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
 - III – Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
 - IV – Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaciais e temporais;
 - V – Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;
 - VI – Possibilitem situações de aprendizagem medidas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;
 - VII – Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e no conhecimento da diversidade;
 - VIII – Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
 - IX – Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;
 - X – Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
 - XI – Propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;
 - XII – Possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.
- (BRASIL, CNE/CEB, 2010, p.4)

A organização curricular na Educação Infantil e a produção do conhecimento irão além do aprendizado sistematizado e deverão visar a formação dos sujeitos capazes de tomar decisões em condições de intervir, transformar-se e transformar a realidade.

Para alcançar as metas propostas no Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação infantil Maria dos Anjos, o currículo da instituição se ancora nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil que entende o mesmo como práticas que se organizam relacionadas ao conhecimento e relações com a comunidade, contribuindo para a construção da personalidade infantil.

Segundo Oliveira (2010, p.9), referenciando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, para ele a organização curricular nas instituições desta modalidade deve:

- Assegurar a educação de modo geral, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo;
- Combater o racismo e as discriminações de gênero, sócio-econômicas, étnico-raciais e religiosas;
- Conhecer as culturas plurais que constituem o espaço da creche e da pré-escola, a riqueza das contribuições familiares e da comunidade, suas crenças e manifestações, e fortalecer formas de atendimento articuladas aos saberes e às especificidades étnicas, lingüísticas, culturais e religiosas de cada comunidade;
- Dar atenção cuidadosa e exigente às possíveis formas de violação da dignidade da criança;
- Cumprir o dever do estado com a garantia de uma experiência educativa com qualidade a todas as crianças na Educação Infantil. (OLIVEIRA, 2010, p.9)

Os conteúdos e as metodologias deverão ser organizados de tal forma que ao final da Educação Infantil, o aluno seja capaz de:

- I – Ter domínio de sua capacidade de relacionar-se com crianças diferentes;
- II - Ter pleno desenvolvimento de capacidades de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética de relação pessoal e inserção pessoal.

Nesse sentido, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, articula todas as vivências das crianças por meio do eixo norteador das interações e brincadeiras que possibilitam um espaço maior para aprimoramento dos mesmos, devido a inserção dos alunos serem em tempo integral, garantindo assim, um currículo significativo sendo registrado e vivenciado neste Projeto Político Pedagógico, de forma a dar condições de acesso a oportunidades e práticas educativas de cuidar e educar.

3.1 Projetos desenvolvidos pela escola

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos desenvolve vários projetos institucionais, além dos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com as demais secretarias, como: Semana de Saúde na Escola, Combate a Dengue e Saúde Bucal. Os Projetos Institucionais são a Festa da Família e Festa Junina.

Além desses projetos, como parte integrante do Currículo, há o Núcleo de Alfabetização e Letramento, com enfoque inicial na Educação Infantil, que norteia todo o trabalho da rede municipal, coordenado pela Professora Emérita da UFMG Magda

Soares desde 2008, que desenvolve este trabalho voluntário no município de Lagoa Santa.

Através do Núcleo criou-se a proposta curricular para a educação infantil através de metas. Este trabalho também beneficiou a sistematização de todo o processo e a Educação Infantil passou a privilegiar a integração do cuidar, do brincar e também o aprender.

Sabendo que todas as crianças estão em contato com o mundo letrado desde a mais tenra idade, foram oferecidas bibliotecas literárias e um trabalho lúdico voltado para alfabetização e letramento através da leitura. Essas bibliotecas mantêm um espaço adaptado para iniciar o seu recebimento desde os bebês.

No enfoque do Núcleo de Alfabetização e Letramento, são desenvolvidos dois projetos de grande relevância que são inseridos na Educação Infantil a partir do Infantil I, ou seja, para crianças de 4 anos que são o *Paralfaletrar* – recursos metodológicos produzidos pelos professores para alfabetizar e letrar e o *Alfalendo* – materiais produzidos por professores e alunos para o desenvolvimento da aquisição da leitura, onde todas as escolas municipais participam ativamente deles.

4 – TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Respeitando os dispositivos legais, compete à escola proceder à organização do tempo escolar, devendo constar no Plano Curricular o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos anuais, 40 (quarenta) semanas, 5 (cinco) dias letivos semanais com carga horária diária de 9 (nove) horas, com duração módulo aula de 30 minutos para a educação infantil.

O tempo na escola segundo considera Veiga (2004, p.28), é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico.

O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e o fim do ano, prevendo dias letivos, férias, os períodos escolares em que o ano se divide, os feriados cívicos e religiosos, as datas reservadas à avaliação, os períodos de reuniões técnicas, cursos etc. (VEIGA, 2004, p.28)

Após a aprovação do Colegiado de Diretores, o calendário deverá ser cumprido na íntegra, devendo ser comunicada a SRE (Secretaria Regional de Ensino) METROPOLITANA C qualquer alteração ocorrida, pois o mesmo é submetido a aprovação desta Superintendência, já que o município de Lagoa Santa não possui um sistema próprio de ensino.

A organização do tempo nas creches e pré-escolas, segundo Barbosa e Horn (2001, s/p), deve considerar as necessidades relacionadas ao repouso, alimentação, higiene de cada criança, levando-se em conta a sua faixa etária, suas características pessoais, sua cultura e estilo de vida que traz de casa para a escola.

As autoras pesquisam a organização do espaço e do tempo na educação infantil e afirmam:

Organizar o cotidiano das crianças da Educação infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades. É importante que o educador observe que as crianças brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chamam mais atenção, em que momentos do dia estão tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto, também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte. (BARBOSA; HORN, 2001, p.67)

O planejamento do tempo na educação infantil é organizado nos diversos momentos do dia, contemplando as atividades coletivas e individuais nas ações pedagógicas: atividades diversificadas em sala de aula, com interações diversas e períodos de transição, repouso, as rotinas e a avaliação individual e/ou coletiva no final de cada dia.

Os espaços devem levar em conta os objetivos da Educação infantil, de promover o desenvolvimento integral das crianças. Por isto, a instituição privilegia os cantinhos lúdicos de aprendizagens, que são um importante espaço de vivências. A sala de aula deve ser um ambiente facilitador para desenvolver as habilidades de maneira enriquecedora que estimule as descobertas.

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos organiza seus alunos em classes, de acordo com a faixa etária, onde para cada uma, dedica-se a responsabilidade de duas professoras regentes.

A instituição funciona de segunda a sexta-feira, das 07h30m às 17h, durante todo o ano civil, com as seguintes modalidades de atendimento: Creche I, Creche II, Maternal II, Maternal III, Educação Infantil I e II, atendidos em período integral.

Duração: Fevereiro a Dezembro com recesso nos meses de Outubro e Dezembro e férias no mês de Janeiro.

Segundo Freitas (2004), “o espaço escolar é entendido como um local em interface com a realidade do entorno da escola e regido por princípios democráticos” (FREITAS, 2004, p.14). Tendo em vista a inter-relação entre a realidade local, buscando ampliar a relação com a comunidade local, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos busca a sua utilização como meio de aproximar as demandas das crianças, principalmente por serem estas muito pequenas. O projeto do tempo integral contempla os espaços do próprio bairro como apoio às práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição como a utilização da lagoa central, campo de futebol e visita a outros espaços.

Além disto, cada turma da escola possui sua sala de referência, não impedindo a troca e interação entre as turmas. Os demais espaços (pátio, biblioteca, parquinho, galinheiro, etc) são compartilhados por todos os alunos coletivamente ou separadamente de acordo com a rotina de trabalho de cada turma, com horários programados.

4.1 - Planejamento coletivo

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos promove regularmente sessões de estudo, que possibilitam a atualização e aperfeiçoamento do pessoal Docente e Administrativo, utilizando para tanto, dias escolares no calendário escolar e uma reunião semanal de planejamento para as professoras e auxiliares, bem como uma vez por mês, participando do repasse do Núcleo de Alfabetização e Letramento.

O repasse do Núcleo de Alfabetização e Letramento respalda-se no Regimento da Escola, através da emenda nº 05/12, Art.40.

§ 4º - As professoras que fazem parte do Núcleo de Alfabetização e Letramento realizarão um encontro mensal com todos os professores da sua escola, com o objetivo de fazer o repasse das informações do Núcleo, sem no entanto comprometer a carga horária do aluno, prevista no Calendário Escolar. (REGIMENTO ESCOLAR, 2012, p.30)

Na visão de Veiga (1998, p.9), “é preciso tempo para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo”.

Diante do exposto acima, para a garantia desse tempo, o Plano de Cargos e Vencimentos do Município (2012), de acordo com o quadro setorial de educação, capítulo II, estabelece que:

Art.19. A jornada semanal de trabalho dos professores corresponde a 20 (vinte) horas de aulas e 2 (duas) horas em atividades extra-classe”.
§1º. As horas de atividades extra-classe deverão ser destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, às reuniões pedagógicas, à articulação com a proposta pedagógica adotada no sistema de ensino municipal e à colaboração com a direção da escola. (PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS, 2012, p.8)

O pessoal docente e administrativo, será incentivado a participar de cursos e outras atividades, proporcionadas pelos órgãos do sistema.

Portanto, conforme Veiga (2008, p.29), “para alterar a qualidade do trabalho pedagógico é necessário que a escola reformule seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexão de equipes de educadores, fortalecendo a escola como instância de educação continuada.”

5 - PROCESSOS DE DECISÃO

O Município de Lagoa Santa, em uma ação integrada com a LDB, garante a autonomia na gestão colegiada e democrática, através do Plano de Cargo e Vencimentos (2012) – PCV que estabelece quanto à direção escolar:

Art. 18 - Cada estabelecimento de ensino terá um Diretor Escolar que dirigirá e coordenará as suas atividades.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos de ensino menores poderão ser agrupados sob a direção de um único Diretor, conforme critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º - O cargo de Diretor Escolar é de dedicação integral e provimento em comissão, não podendo o seu ocupante exercer outro cargo na Administração Pública, direta ou indireta, em qualquer esfera da Federação. (PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS, 2012, p.8)

O art.19 da lei estabelece que “O Diretor Escolar será escolhido em processo de eleições diretas, com a participação de toda comunidade escolar, precedido de exame seletivo escrito de caráter eliminatório”. (PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS, 2012, p.8)

Nessa perspectiva, embasado pelo Plano de Cargos e Vencimentos do Município de Lagoa Santa (PCV/2012), numa ação democrática, a Direção da Escola cumpre o que determina em seu artigo:

Art. 19 - O Diretor Escolar será escolhido em processo de eleições diretas, com a participação de toda comunidade escolar, precedido de exame seletivo escrito de caráter eliminatório.

§ 1º - O cargo de Diretor Escolar é de dedicação integral e provimento em comissão, não podendo o seu ocupante exercer outro cargo na Administração Pública, direta ou indireta, em qualquer esfera da Federação.

§ 2º - A Comunidade Escolar é composta pelos servidores da unidade de ensino, estudantes e pais, na forma do regulamento próprio, observando, ainda, o que dispõe este artigo.

§ 3º - O processo de escolha de Diretor Escolar será coordenado por uma Comissão Organizadora designada pelo Prefeito e compreenderá:

I - a fase de elaboração e aplicação de avaliação escrita, a qual terá caráter eliminatório;

II - a fase de inscrição de candidatos, que somente admitirá a inscrição de candidatos aprovados em avaliação escrita;

III - a fase de consulta à comunidade escolar, que escolherá, livremente, o candidato que preferir, pelo voto secreto de seus membros. (PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS, 2012, p.8)

Em 2013, pela primeira vez, embasado no PCV/2012, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, passou por uma eleição direta, através de uma ação democrática, passou por esse processo de decisão que se configura como um instrumento fundamental para efetivação de mudança, sendo a liderança favorável para o sucesso da escola, com eficácia e qualidade, propiciando um espaço aberto e democrático de participação.

Conforme afirma Gonçalves (2001), “nos dias de hoje, os líderes eficazes de escolas concentram os seus esforços em liberar a energia escondida das escolas e de outras organizações, pela construção de equipes participativas”. (GONÇALVES, 2001, p.45). Pensando nesta perspectiva, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, além do Conselho Escolar e Caixa Escolar, implantou a Associação de Pais e Mestres, para maior participação da comunidade nos processos decisórios da instituição.

Souza (2010), afirma que:

a busca pela ampliação do diálogo e da participação das pessoas na gestão da escola e da educação públicas se transforma na simples organização formal de espaços de representação, os quais, por mais importantes que sejam, não são suficientes para levar a termo o necessário avanço democrático.(SOUZA, 2010, p.1)

Pensando nesta perspectiva, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, busca uma participação autêntica dos seus envolvidos, garantindo que os mesmos não sejam somente membros para o cumprimento de uma formalidade, mas sejam atuantes e envolvidos com a gestão participativa, onde todos ganham neste processo.

5.1 - Autonomia financeira

As leis que regulamentam o sistema educacional brasileiro no que se refere às políticas, aos programas e ao financiamento das diferentes etapas da educação básica estão amparadas pela Constituição Federal (1988), no seu artigo 211, no inciso primeiro da emenda Constitucional de número 14 de 1996 (BRASIL, 1996), e pela da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), no seu artigo 9º inciso terceiro e no artigo 10. O Ministério da Educação é o responsável por colocar em prática as políticas educacionais do governo federal e para isso conta com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), recursos que vão diretamente para as escolas.

Essa autonomia acontece, porque a educação nas últimas décadas vem recebendo assistência financeira significativa, como o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, que é um programa federal, que envia o dinheiro diretamente para a escola, promovendo ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino nas

escolas de ensino básico público e nas escolas privadas de Educação Especial. Os recursos provenientes do PDDE possibilitam suporte e apoio para a realização de atividades educativas e pedagógicas. Esse programa possibilita maior autonomia e responsabilidade da gestão.

Devido os processos burocráticos (inscrição no EducaCenso, escolha de representantes do Caixa Escolar, abertura de CNPJ) o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos ainda não foi contemplado com a verba do PDE Interativo (Programa Dinheiro na Escola), sendo a Secretaria Municipal de Educação a responsável pela manutenção da escola. Tão logo a verba advinda do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) seja liberada, a instituição de ensino, terá a sua autonomia financeira para gerir assim, suas próprias necessidades.

5.2 – Decisões de ordem pedagógica

As decisões de ordem pedagógica são tomadas coletivamente, através de reuniões e enquetes, onde o desejo da maioria predomina, pois a escola promove a educação comprometida com a construção do conhecimento, e para isso executa as políticas educacionais, fazendo com que os objetivos educacionais sejam alcançados com qualidade.

Primeiramente realiza-se uma reunião com professores e funcionários onde são solicitadas sugestões acerca dos materiais que são necessários para desenvolvimento dos projetos. A participação da Associação de Pais e Mestres é efetiva, pois os membros são engajados nas decisões da escola.

Assim, como afirma Gonçalves (2001), “o processo de tomada de decisão em uma organização não é um assunto pessoal e sua eficácia não é produto da qualidade das decisões de apenas uma pessoa, é sim assunto da organização.” (GONÇALVES, 2001, p. 53), o processo de tomada de decisão tanto pedagógica, quanto administrativa ou financeira para que seja eficaz, é necessária a participação de todos os envolvidos no processo, garantindo assim o rumo à qualidade do ensino e desenvolvimento pleno dos alunos.

5.3 - Participação da comunidade escolar

De acordo com a exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei nº 9394/96 no Artigo 14, que trata dos princípios da Gestão Democrática no inciso II – "participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes", nossa escola possibilita discutir politicamente os problemas reais da escola e do lugar que ela está inserida com a participação de todos os sujeitos do processo. (BRASIL, 1996, p.7)

Nessa mesma linha de consideração, Oliveira, Moraes e Dourado (2006, p.10) pontuam que:

a escola, no cumprimento do seu papel e na efetivação da gestão democrática, precisa não só criar espaços de discussões que possibilitem a construção do projeto educativo, por todos os segmentos da comunidade escolar, como consolidá-los como espaço que favoreçam a participação.(OLIVEIRA, MORAES, DOURADO, 2006 p.10)

A comunidade escolar da instituição exerce um papel participativo como sujeitos comprometidos com o processo de mudança, que acontece de forma afetiva e efetiva. Esta participação garante qualitativa e quantitativamente o nível educacional que a escola vem primando desde a sua fundação. A maioria das famílias é bem engajada em todos os processos da escola, seja administrativo, pedagógico e cultural.

A instituição busca estreitar os laços, agregando os valores que norteiam a nossa concepção de educação: Educar para a vida, de forma justa e igualitária.

Em virtude do pouco tempo de funcionamento, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos está iniciando o seu caminho para a vivência da educação democrática, pois as decisões são compartilhadas entre os educadores e decididas pela maioria.

A Associação de Pais e Mestres criada em 2013 é representada pela comunidade escolar, constituída pelos funcionários, família e representantes da comunidade. Através de convocação, sensibilizamos a comunidade escolar sobre a importância da participação de todos os segmentos.

Inicialmente, a criação da Associação de Pais e Mestres foi com intenção de gerenciar finanças geradas pelo PDDE e outras verbas direcionadas para a escola, priorizando aspectos financeiros. Aos poucos, os membros estão participando dos outros aspectos da gestão democrática, em outras situações relacionadas às questões de funcionamento, culturais, físicas e etc. Alguns membros da Associação que são representantes do CAE (Conselho de Alimentação Escolar) são parceiros para ações pertinentes ao bom desenvolvimento do trabalho, acompanhando as necessidades, dando sugestões e apoiando as decisões da escola, mas são poucos.

Através dessa participação, evidencia-se que promova mudanças no processo de gestão da escola, pois, a tomada de decisões prioriza o trabalho participativo nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, objetivando assegurar a efetividade no alcance das metas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico da escola.

Importante eleger o Conselho para acompanhar a organização e desenvolvimento dos projetos da Instituição, que possibilita maior participação nos acontecimentos.

O Conselho Escolar deve ser entendido como forma de participação democrática e autônoma de toda a comunidade escolar para definir o caminho que a escola quer seguir, formando a sua própria identidade, e está respaldado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nos artigos. 14 e 17 e pelo Plano Nacional de Educação (PNE) Lei n. 10.172 (2001), que estabelecem “a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.” O conselho escolar se evidencia então como um órgão de natureza democrática, onde a comunidade a qual ela serve, cria a sua própria história. O Conselho atua como co-responsável pela gestão democrática.

A importância do Conselho Escolar para a melhoria da instituição pauta-se na vivência democrática, que define ações para concretizá-las. Para uma escola pública de qualidade, o Conselho Escolar possibilita que a escola tenha autonomia no processo de decisão de seus recursos e na elaboração do seu Projeto Pedagógico.

Através do Conselho Escolar, a instituição estabelece uma relação com a comunidade escolar de troca e apoio mútuo, com sensibilidade e engajamento, pois se

as relações não forem assim, certamente os resultados esperados por esta instituição não serão de educação de qualidade e humanizada.

A escola deve permanecer como um lugar atrativo, onde a comunidade escolar se sinta acolhida e valorizada, através de espaços abertos de discussão e reflexão.

Segundo Antunes (2002, p.25) “Participação, autonomia, democracia e cidadania exigem aprendizado. O Conselho de Escola pode nos ensinar a construir esses saberes”. (ANTUNES, 2002, p.25)

6 – RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho no ambiente escolar segundo Veiga (1998, p.10), “deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico”. (VEIGA, 1998, p.10)

A escola busca constituir relações baseadas na democracia, adotando a metodologia da comunicação, através da qual, a instituição enfatiza a participação de toda a comunidade escolar.

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, busca constante aprimoramento do seu trabalho em vista de uma gestão democrática, avaliando permanentemente as ações pedagógicas, incentivando e valorizando os profissionais, através de práticas e formação continuada através de projetos desenvolvidos com frequência e projetos propostos pontuais pela Secretaria Municipal de Educação em benefício do desenvolvimento profissional do servidor.

Em consonância com a Secretaria de Educação e de acordo com o Regimento Escolar da instituição, na seção IV, do aperfeiçoamento pessoal estabelece que:

Art. 34 – O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos promoverá regularmente sessões de estudo, que possibilitem a atualização e aperfeiçoamento do pessoal Docente e Administrativo, utilizando para tanto, dias escolares a serem explicitados no calendário escolar.

Parágrafo Único: A Escola estimulará a participação do pessoal docente e administrativo, em cursos e outras atividades proporcionadas pelos órgãos do sistema. (REGIMENTO ESCOLAR, 2012, p.26).

Como todo processo nas relações de trabalho, o mesmo deve estar atento aos objetivos destinados à Educação Infantil, favorecendo e desenvolvendo nas crianças as práticas educar e cuidar, instrumentos básicos para uma prática cotidiana alicerçada na qualidade ao atendimento.

6.1- Organização dos profissionais e de suas condições de trabalho

A instituição busca oferecer um ambiente de desenvolvimento profissional, através da humanização das relações. Utilizamos um processo administrativo fundamentado em decisões democráticas e participativas, contando com uma equipe compromissada, motivada e criativa.

Paschoalino (2009, p.29), ao examinar as condições, ou seja, as relações de trabalho na escola analisam que “o trabalho docente vem alterando sua contribuição a partir de diversas mudanças ocorridas na sociedade que interferem nesse trabalho”. Fatores como carga horária elevada, baixo salário, falta de estrutura entre outros problemas que desestimulam a atuação profissional, levam muitos educadores ao absenteísmo ou presenteísmo, que segundo a autora, “[...] indica que o professor está sofrendo”. (PASCHOALINO, 2009, p.9).

A gestão orienta as discussões a serem tomadas para a resolução desses, entre outros problemas vivenciados nesse cotidiano, buscando estreitar sempre os laços de parceria e cumplicidade. Procura estabelecer uma relação de ajuda mútua, alicerçada nas relações de sensibilidade e engajamento entre criança-criança, adulto-criança, adulto-adulto, pois se as relações na escola forem conflituosas, certamente os resultados esperados não serão de educação de qualidade e humanizada.

Com base em vários estudos e ansiedades de mudanças na escola pública, a gestão democrática colabora para a melhoria da qualidade educacional, pois trabalha para a busca da excelência, criando condições necessárias para que o processo ensino-aprendizagem seja mais eficaz.

6.2 - Relações entre comunidade e escola

A escola só terá sentido para alunos, pais, professores e comunidade escolar, se as relações acontecerem de maneira ordenadamente participativa. O Centro de

Educação Infantil Maria dos Anjos, estabelecerá um diálogo aberto com a comunidade, considerando-a como parceira e interlocutora no processo educativo das crianças.

Pensar nesta articulação faz com que a comunidade se aproxime da escola, pensando numa rede de relações que inicia na criança, perpassando pela família, expandindo pelo bairro, chegando até a cidade.

A comunidade ganha papel importante no processo educativo, através da gestão democrática ajudando a solucionar todos os desafios e para isto a instituição tem um papel importante que é o de motivar esta participação. Nesse sentido, promoverá um debate e novas ideias caminhando rumo à formação dos futuros cidadãos.

7 - AVALIAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9394/96) orienta sobre a Avaliação na Educação Infantil, que não tem objetivo de promoção, resguardando as crianças das práticas avaliativas do Ensino Fundamental. De acordo com a seção II, no artigo 31, assegura que “a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento do aluno”.

E ainda de acordo com a LDB, no artigo 24, inciso V, que “a avaliação é um processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”. (BRASIL, 1996, p.10).

A escola tem a tendência de medir o quanto se aprende, numa perspectiva classificatória e excludente e não a qualidade da aprendizagem das crianças. O objetivo da avaliação é promover aprendizagens qualitativas e não quantitativas. Qualidade que perpassa, entre outros aspectos, a prática pedagógica do professor, em benefício do desenvolvimento de seus alunos.

Nesse sentido, segundo Freire (1989, p.47) “não é possível praticar sem avaliar a prática. Avaliar a prática é analisar o que se faz, comparando os resultados obtidos com as finalidades que procuramos alcançar com a prática. A avaliação da prática revela acertos, erros e imprecisões. A avaliação corrige e melhora a prática, aumenta a nossa

eficiência. O trabalho de avaliar a prática jamais deixa de acompanhá-la” . (FREIRE, 1989, p. 47)

A avaliação na Educação Infantil deve romper com o modelo classificatório e promover a avaliação mediadora com aprendizagens qualitativas e permitir o desenvolvimento da autonomia da criança. De acordo com Hoffmann (1996, p.31), a avaliação deve ser mediadora, onde "mediação é compreendida como estado de alerta permanente do professor que acompanha e estuda a história da criança em seu processo de desenvolvimento". Assim na avaliação mediadora, o professor permite o desenvolvimento da aprendizagem da criança em um processo qualitativo, contextualizado, investigativo e de inclusão.

No Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, a avaliação ocorre em todo o processo de ensino-aprendizagem, tanto nas brincadeiras, momentos coletivos e de auto-cuidado. Enfim, em todos os momentos vivenciados pelas crianças.

Na avaliação é relevante considerar os componentes do processo da avaliação na Educação Infantil: *Quem avalia? O que se avalia? Como avaliar? Quando avaliar?*

Conforme Pereira (2012, p. 3) “a avaliação na escola vem sendo questionada não somente quanto aos instrumentos utilizados, mas também no que diz respeito à sua elaboração, aplicação e, principalmente, acerca do que é realizado com os seus resultados”. Por se tratar de uma instituição de Educação Infantil, o processo de avaliação se dá através de observação, onde as mesmas estimularão e mediarão propostas de aprendizagens e descobertas de acordo com o que foi apresentado por cada criança.

Dessa forma, o processo de avaliação é desenvolvido a partir :

1. Arquivo trimestral de trabalhos em portfólio de aprendizagem (um trabalho de lecto-escrita; um trabalho de habilidades lógico-matemáticas; um trabalho de demonstração de esquema corporal).
2. Relatório de observação do aluno.
3. Registros através de fotos, desenhos e álbuns.
4. Apresentar ao final de cada trimestre a família.
5. Encaminhar o portfólio para a escola de ensino fundamental ao qual o aluno estará matriculado, ao final do percurso da Educação Infantil.

O professor é o principal ator nesta avaliação, onde realiza o acompanhamento das crianças e o seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção ou classificação. Esse deve buscar estratégias diagnósticas que visem promover sua aprendizagem e repensar o modo padronizado da avaliação, concebendo-a com um olhar individualizado a cada criança, como sujeito único e que possui peculiaridades. Assim o professor, deve permitir o desenvolvimento da autonomia da criança, sendo o mediador no processo de aprendizagem da criança.

A instituição está reconstruindo o modo de avaliar, considerando a faixa etária atendida pela escola que compreende crianças de 04 meses a 5 anos de idade. O modelo anterior em vigência da Rede de Educação do Município era uma ficha avaliativa que media, quantificava o quanto a criança aprendia, desprezando a qualidade da aprendizagem.

Através da Proposta da Secretaria de Educação, cada instituição tem agora autonomia para elaborar o melhor instrumento de avaliação, considerando que a prática de avaliação deve ser orientada de acordo com o que está estabelecido nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, documento que tem caráter mandatório.

Ferreira (2012, p.11), enfatiza que “a avaliação que ocorre no interior da sala de aula é como eixo condutor de todo o trabalho pedagógico.” (FERREIRA, 2012, p.11). É através dela que todo o processo de desenvolvimento gira para que se organizem novos desafios que surjam novas oportunidades de conhecimentos.

A avaliação é uma dinâmica que traz elementos de crítica e transformação ativa para o trabalho, onde professor, direção, família, a instituição de ensino, enfim a comunidade escolar são objetos e sujeitos de avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, representa o desejo e a concretização da proposta educativa de qualidade da instituição. Ele está norteando a construção da identidade, da organização e da gestão de trabalho, considerando que a escola tem pouco mais de um ano de funcionamento.

Como documento de identidade da escola, está sendo utilizado com o propósito de auxiliar e orientar os profissionais envolvidos no processo educativo em consonância com a Resolução CNEI/CEB nº 05 de 17 de janeiro de 2009, que determina em seu art. 2º as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Ainda existem realizações a serem conquistadas como melhor organização do tempo escolar oportunizando uma melhor qualidade de aprendizagem do aluno e de ensino do professor; reformulação na proposta educativa entre a integração do cuidar, educar e brincar; tempo de planejamento do professor dentro da carga horária, conquista de outros espaços educativos além da sala de aula entre outras demandas.

Outro aspecto relevante, está sendo a elaboração e implementação do Currículo que atenda ao nosso interesse e que começou a ser elaborado a partir da implantação do Núcleo de Alfabetização e Letramento, coordenado pela professora Dra. Magda Soares.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola trouxe uma reflexão sobre os desafios que os educadores enfrentam nas relações de trabalho, principalmente no que se refere a valorização profissional onde muitas práticas de desenvolvimento profissional são ofertados pela Secretaria de Educação, sem consulta a real necessidade vivenciada pelos profissionais da instituição.

O documento está baseado em artigos relacionados ao assunto, onde os autores refletem sobre a necessidade da construção e implementação do PPP nas escolas, como elemento importante que faz parte do processo de gestão democrática dentro da instituição.

Elaborar o Projeto Político Pedagógico de uma escola pode ser entendido como a própria organização do trabalho, buscando consolidar ações através da gestão

democrática e participativa, ações de transformação, sendo realizado através da vivência constante e sua reflexão por todos os envolvidos no processo educacional.

Por fim, destaca-se que este documento precisa ser lido, discutido, consultado por todos os profissionais de ensino, pelo colegiado e pais, sempre que for necessário. A sua reformulação poderá ser feita a qualquer momento, desde que esteja contribuindo para a garantia de uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marly dos Santos. **A avaliação como instrumento de melhoria da qualidade da alfabetização [manuscrito]**: uma análise da experiência do Programa Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). In: FERREIRO; TEBEROSKY. Ceará, 2010, p. 17. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3642/1/2010_DIS_MSALVES.pdf>. Acesso em: 07 de ago.2014.

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho?** Como organizar o colegiado escolar. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da escola cidadã; v. 8).

BARBOSA, M.C.S.; HORN, M.G.S. **Organização do espaço e do tempo na escola infantil**. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. Educação Infantil. Pra que te quero? Porto Alegre:Artmed, 2001, p. 67-79.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Federal nº 8069**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Estatuto da Criança e do Adolescente. Aprovado em 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB nº 022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1998. Relator: Regina Alcântara de Assis. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 05 de 17 de janeiro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CNE/CEB nº 20/2009 aprovado em 11 de novembro de 2009. Relator: Raimundo Moacir Mendes Feitosa. Brasília, DF, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei Federal nº 12796 de 04/04/2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013.

DIDONET, V. **Coerência entre educação e finalidades da educação infantil**. Pátio Educação Infantil, v. 6, n. 10, 2006. Disponível em: < <http://www.fcc.org.br>>. Acesso em: 05 de agosto de 2014.

DUTRA, Kátia. **A Teoria Cognitiva de Jean Piaget**. Redes Moderna, 2011. Disponível em: <<http://redes.moderna.com.br/2011/08/09/a-teoria-cognitiva-de-jean-piaget/>> Acesso em: 02 de ago. de 2014.

EDLER, Carvalho Rosita. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERREIRA, Maria Susley. **A Avaliação das aprendizagens e a escola em ciclos: que muda na prática docente?** São Paulo: Unicamp, 2012.

FERREIRO, Emilia. **Psicologia da Aprendizagem: Método de Ensino Emilia Ferreiro**. Disponível em: <<http://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/psicologia-da-aprendizagem-metodo-de-ensino-emilia-ferreiro>>. Acesso em: 27 de mai 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989. Disponível em: <<https://onedrive.live.com/view.aspx?resid=BBE23DF76AE6A0AF!228&ithint=file%2c.pdf&app=WordPdf&authkey=!AAMjixKDW57UTJQ>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 27 ago 2014.

GONÇALVES, M. L. S. Teamteaching: formação em trabalho colaborativo. **In: Atas do colóquio sobre formação de professores: mudanças educativas e curriculares e os educadores/professores?** Braga: Universidade do Minho, 2004. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br>> Acesso em: 29 de jun. 2014.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A democratização das relações de trabalho na escola pública básica.** Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=4787&advanced=0&paging=&page=1>>. Acesso em: 16 de jul. 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho escolar e autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola.** 2006. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar.pdf> Acesso em: 30 de jul. 2014.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **O professor desencantado: matizes do trabalho docente.** Belo Horizonte: Armazém de ideias, 2009.

PEREIRA, M. S. **A avaliação no Bloco Inicial de Alfabetização:** a realidade de uma escola do Distrito Federal. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília – UnB. Brasília – DF, 2007. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/1826b.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS. **Lei Municipal Nº 3.341, de 16 de janeiro de 2012.** Dispõe sobre a estrutura do Plano de Cargos e Vencimento da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG, estabelece normas de reenquadramento, institui nova tabela de vencimentos e dá outras providências. Lagoa Santa/ MG, 2012.

Projeto de Lei nº 3.241, de 20 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estrutura do Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, e dá outras providências. Câmara dos Vereadores, Lagoa Santa/ MG, 2012.

REGIMENTO ESCOLAR, do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos. Lagoa Santa, 2012.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva cultural de educação**. 6ªEd. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SILVA, Janssen Felipe da. **Avaliação na perspectiva formativa-reguladora: pressupostos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em: 16 jul. 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica: Projeto político pedagógico; Educação superior: Projeto Político Pedagógico**. 3ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva**. Texto extraído sob licença da autora e editora do livro: "Veiga, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto pedagógico da escola: uma construção possível. 14ª edição. Papyrus, 2002. Disponível em: <http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo_7_bloco_4/TEXT0.3-VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf>. Acesso em: 05 de ago. 2014.

WALLON,H. **Psicologia e educação da criança**. Tradução de Ana Rabaça e Calado Trindade.Lisboa: Vega Universidade, 1979.